

Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo: a formação da sua identidade camponesa

*Patrício Reichert**

Resumo

A antiga colônia Porto Novo, localizada no extremo oeste de Santa Catarina, colonizada a partir de 1926 sob a liderança de jesuítas alemães de São Leopoldo - RS, caracterizou-se como um projeto de colonização étnico e religiosamente homogêneo: católicos e alemães. Os colonos, ao iniciar a ocupação do território encontraram vestígios e a presença de algumas famílias caboclas. Logo, com a vinda de levadas de imigrantes à colônia, formou-se uma supremacia da cultura teuto-brasileira. Mesmo como minoria étnica, a população cabocla sempre marcou presença na ocupação e formação do território de Porto Novo, no entanto, no decorrer do processo foi socialmente segregada e negligenciada pela história oficial. Este artigo é resultado de uma pesquisa na qual se buscou resgatar a origem e a trajetória do caboclo de Porto Novo, e, conseqüentemente, as características que formam a sua identidade camponesa. Um campesinato que se formou no Rio Grande do Sul, da atividade econômica do tropeirismo e da erva-mate a partir do século XVIII. Posteriormente, o caboclo adaptou a sua identidade camponesa aos projetos de colonização e, ao findar destes, foi gradativamente excluído pela modernização agrícola.

Palavras-chave: Caboclo. Identidade camponesa. Colonização. Exclusão.

Introdução

A partir de 1926, iniciou-se no extremo-oeste de Santa Catarina o projeto da colonização Porto Novo. Levas de imigrantes oriundos das colônias velhas do Rio Grande do Sul (vale do Rio dos Sinos, Caí e Taquari), outros em minoria vindos da Europa e de colonizações mais antigas de Santa Catarina (vale do rio Itajaí e Capivari), passaram a ocupar o “vazio demográfico” do oeste catarinense.

Os jesuítas alemães do Rio Grande do Sul, através da SUP (Sociedade União Popular) ou Volksvereinii, recrutaram os imigrantes que deveriam enquadrar-se nos requisitos impostos, principalmente o de ser de origem germânica e de pertencer à religião Católica. Desta forma, a estrutura organizacional sui generis do Projeto Porto Novo tornou-se como um dos projetos de colonização mais homogêneos étnica e culturalmente do sul do país.

Apesar do projeto de colonização Porto Novo se caracterizar pela sua homogeneidade étnica e religiosa: teuto-brasileiros e católicos; a minoria étnica cabocla consecutivamente marcou presença e trouxe importantes contribuições na construção deste território. No entanto, o caboclo foi segregado socialmente pela supremacia teuto-brasileira e negligenciado pela história oficial.

Este artigo apresenta um resgate étnico-histórico da etnia cabocla de Porto Novo com o objetivo de compreender os traços culturais que formam a sua identidade camponesa e valorizar a sua contribuição na construção do território da antiga colônia.

A área delimitada da pesquisa centraliza-se no antigo território da colônia Porto Novo, todavia, para tornar compreensível o objetivo deste trabalho, foi necessário ampliar os espaços desta pesquisa além da antiga colônia, não se podendo estabelecer, assim, uma delimitação rígida. No decorrer deste trabalho predomina a pesquisa bibliográfica, mas também foi necessário realizar a pesquisa a campo por meio da técnica da entrevista qualitativa, na qual antigos moradores tiveram significativas contribuições.



Localização de Porto Novo.

Fonte: MIDELODORF, 1933.

Conforme alguns pesquisadores locais e a memória oral de antigos moradores, os caboclos já habitavam a área e as proximidades do projeto de colonização antes da chegada dos colonos. Mas, ao fazer-se uma pesquisa sobre a naturalidade e a década de nascimento da população cabocla de Porto Novo, com dados obtidos pelo Fórum da Comarca Eleitoral de Itapiranga, verificou-se que a maior parte da população cabocla é oriunda do noroeste gaúcho e de um período posterior ao início da colonização.

Neste sentido, por meio de um embasamento teórico, resgata-se a formação e a trajetória da identidade camponesa cabocla a partir do Rio Grande do Sul, da atividade econômica do tropeirismo e da erva-mate no planalto gaúcho, mais especificamente desde o século XVIII. Analisa-se a sua mestiçagem étnico-racial e a construção da sua identidade camponesa seminômade, baseada numa agricultura de subsistência, intercalada com os trabalhos na es-

tância e na atividade econômica sazonal da extração da erva-mate; a sua dependência econômica e política aos grandes proprietários de terras, comerciantes e donos de engenhos do mate; a constante segregação do caboclo com o apossamento dos campos nativos pelos estancieiros e, posteriormente, com a Lei das Terras de 1850, também a apropriação das áreas florestais.

Com a vinda dos projetos de colonização, a partir do final do século XIX, faz-se um estudo de como o caboclo adapta a sua identidade camponesa seminômade aos trabalhos pioneiros da colônia, onde é atraído pela oferta de trabalho, bem como a sua constante exclusão em decorrência das suas características socioculturais que não atendem aos interesses da organização territorial da política republicana e das empresas colonizadoras pelo mercado das terras. Desta forma, analisa-se como a população cabocla chega à colônia Porto Novo, sua relação de trabalho junto à colonização, sua desapropriação da terra onde vive como posseiro, sua emigração para as novas frentes pioneiras e sua adaptação às transformações do espaço geográfico, tanto urbano quanto rural.

A ocupação cabocla anterior à vinda dos colonos

Em 1926, quando os primeiros colonos vieram vistoriar a colônia Porto Novo, encontraram sinais de ocupação recente e posterior abandono. Existiam, ainda, algumas famílias caboclas situadas nas duas margens do rio Uruguai.

A cidade de Itapiranga iniciou em torno da atual Praça dos Imigrantes, no terminal rodoviário. Quando os primeiros chegaram já não havia mato na área. Havia vegetação baixa, bananeiras, alguns pés de milho e mandioca, capim, algum gramado, um cemitério de caboclos cercado de taquaruçu, cepos carbonizados de uma casa e muitas árvores cítricas, entre limeiras, bergamoteiras e laranjeiras, totalizando 78 pés. O mato havia sido derrubado a muitos anos. (JUNGBLUT, 2004, p. 78). Em 1926 havia várias famílias morando em diversas localidades ao longo do rio Uruguai. O temido Fausto e outros bandidos do Peperi. O velho Alves e Borba pouco acima, amigo dos

colonos e dos padres. Teodoro Pompeu na barra do Tigre, Guarita acima, o melhor fornecedor de mantimentos e de mudas às primeiras famílias de agricultores. Na barra do Dourado, onde está a olaria, o velho faustino, afamado caçador de tigres. No outro lado do Dourado, onde reside meu cunhado Libório Barth, morava Ricardo Valério dos Santos, visado por homens de Miguel da Rocha. (HEINEN, 1997, p. 91).

Uma situação parecida foi testemunhada pela família Dünkersleben que já havia fixado residência na futura Porto Novo no ano anterior à efetivação da compra pela Volksverein.

Nas margens do arroio Macuco e os sinais recentes de extração do cedro. Na época, havia algumas roças de milho e de feijão feitas pelos madeireiros. [...] havia neste trecho uma estrada de pouca largura, chamado Meterweg, ligando Porto Feliz a Linha Bonito, evitando Volta Ervas. Nas margens do arroio Macuco havia trilhas abertas pelo arrasto de toras. [...] Na Linha Ervas morava o caboclo Virgílio, que foi muito solidário; porém achava graça em aplicar 'pegadinhas' nos Dünkersleben para se divertir, instruindo-os a plantarem as ramas de mandioca em buracos de meio metro de fundura. Eram ingênuos nos tratos e cultivos do mato e os caboclos se divertiam com isto. (JUNGBLUT, 2004, p. 77).

Os sinais de ocupação e de abandono eram resultados da ação das madeiras que, já no final do século XIX, extraíam e contrabandeavam a madeira nobre da região, e os caboclos eram a mão-de-obra destas empresas.

Da onde teria vindo esta população cabocla com características culturais tão adversas a dos colonos e que nas descrições dos mais antigos lhe provocavam medo, curiosidade, admiração e piedade?

Jungblut (2004, p. 45-46), fundamentado na teoria de Schüller (2000) sobre a origem do caboclo do Contestado, entende que os caboclos de Porto Novo já teriam se originado, no decorrer do século XVI, da mestiçagem entre os nativos e os mouriscos vindos da Península Ibérica, a partir das expedições espanholas feitas no Brasil meridional, além do Uruguai, Paraguai e parte da Argentina.

Não se quer aqui contestar a teoria de Schüller e a compreensão de Jungblut. É possível que já no século XVI ocorressem na re-

gião de Porto Novo mestiçagens entre o branco europeu e o indígena, com as expedições espanholas, como também posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, com as incursões das Bandeiras paulistas no aprisionamento de índios e nos saques das reduções jesuíticas.

Mas estas prováveis mestiçagens somente possibilitariam a formação do caboclo no conceito tupi: “A palavra ‘caboclo’ é de origem tupi e designa o filho de indígena com branco europeu” (ZARTH, 1998, p. 47). Naquele período, na isolada mata da futura colônia Porto Novo, não é possível admitir que ali tenha se originado o grupo étnico caboclo, compreendido como uma identidade camponesa, da forma como foi proposto trabalhar o conceito nesta pesquisa. Os possíveis mamelucos, resultado da mestiçagem acima citada por Schüller, para sobreviverem a este espaço teriam que se adaptar inteiramente aos modos culturais indígenas, porque estariam isolados completamente de um mercado econômico. Isto significa que se transformariam em indígenas.

Os estudos de Cabral (1994, p. 333) nos revelam que durante o século XVIII e início do século XIX, o extremo-oeste catarinense era uma área isolada e povoada por indígenas.

Em 1759, os comissários José Fernandes Pinto Alpoim e D. Francisco Aguedas, por parte dos reis de Portugal e Espanha, respectivamente, com os membros da comissão mista, exploraram as margens do rio Uruguai até a foz do Peperi, chegando a sua boca a 8 de março, quando lavraram termo e assentaram mudar o nome de Pequeri para Peperi. Depois das demarcações, a região continuou inexplorada, sertão bruto, habitada pelo gentio.

Em seguida, Cabral escreve sobre uma expedição entre os anos de 1814 a 1819 que rumou ao sul para tomar contato com as missões portuguesas do Rio Grande de São Pedro, mas que não passou pela região do atual extremo-oeste catarinense, pois o território era “infestado de silvícolas”.

Mas, se a população cabocla não tem a sua formação embriônica com as possíveis miscigenações entre indígenas e europeus,

naquela região entre os séculos XVI a XVIII, quando os caboclos teriam ali penetrado? De onde teriam vindo?

Para Zarth (1998, p. 62) a identidade camponesa cabocla, diferente da cultura indígena, precisa estar inserida num mercado econômico para a manutenção dos seus padrões sociais, mesmo que esta inserção seja de forma precária.

A possibilidade de sobrevivência destes homens livres no interior das florestas virgens da fronteira agrícola implicava algum tipo de relações comerciais com o mercado ou estancieiros próximos. Caso contrário, as condições de vida seriam reduzidas a níveis incompatíveis com a existência adquirida numa sociedade cujos padrões econômicos e sociais eram superiores aos povos indígenas da província.

Boneti (1998) ao estudar a estrutura social da população cabocla que habita o sudoeste do Paraná, antes da vinda dos colonos, também confirma a inserção do caboclo nas relações comerciais de mercado. A identidade camponesa cabocla era “caracterizado por um tipo peculiar de produção, assentada, sobretudo na criação do porco e na extração da erva-mate”. (BONETI, 1998, p. 83). E também comercializava o couro de animais silvestres “para suprir-se do que considerava importante à sua sobrevivência na região, como sal, querosene, tecidos, etc.”. (BONETI, 1998, p. 102).

Ao entender o conceito de caboclo a partir da formação da sua identidade camponesa, e não somente através das simples miscigenações, os primeiros caboclos teriam chegado a Porto Novo no início da extração da madeira. Anteriormente não seria possível porque estariam isolados de qualquer tipo de mercado. O contrabando da erva-mate por argentinos, que conforme Poli (1995, p. 79) já era anterior à extração da madeira no extremo-oeste, não aconteceu em Porto Novo porque suas matas não continham ervais nativos.

Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo

Ao fazer-se uma pesquisa sobre a naturalidade e a década

de nascimento da população cabocla de Porto Novo, com dados obtidos pelo Fórum da Comarca Eleitoral de Itapiranga, verificou-se que a maior parte da população cabocla é oriunda do Rio Grande do Sul, mais intensamente do noroeste gaúcho, e de um período posterior ao início da colonização.

A hipótese de que o conflito do Contestado (1912 – 1914) tenha trazido refugiados a Porto Novo foi descartada. Todos os caboclos idosos entrevistados têm a sua origem no Rio Grande do Sul e nunca ouviram nada de seus pais ou avôs em relação a este conflito. Diferente do que ouve em relação à Revolução Federalista, em que todos recordam: uns eram crianças neste período, outros lembram a partir de histórias contadas por seus pais e quase todos os caboclos idosos afirmam que seus pais participaram do conflito. Recordam também a Revolução Paulista de 1932, na qual o Rio Grande do Sul tinha uma decisiva participação política.

Para Gehlen (1998, p. 31), parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná tem a sua formação no tropeirismo da segunda metade do século XVIII e do final do século XIX. Com o início das fazendas de gado houve uma mestiçagem muito intensa dos indígenas deslocados e subjugados, principalmente das missões, em contato com outras populações que passaram a conviver no mesmo espaço: lusos, mamelucos e negrosi. Estes têm, portanto, uma identidade camponesa em comum: a mestiçagem biológica e cultural (de forma ampla), seu ethos camponês e o seu constante afastamento com a vinda da colônia.

Para podermos entender de forma específica a história do caboclo de Porto Novo, temos que resgatar a formação da sua identidade camponesa e a sua trajetória a partir do Rio Grande do Sul, dos ervais nativos e do tropeirismo do planalto gaúcho.

A partir da primeira metade do século XVIII inicia-se a fase do tropeirismo com os lagunenses, que obtêm as primeiras sesmarias no litoral meridional e passam a abrir os primeiros caminhos no planalto e nas serras para comercializar o gado xucroii para as zonas de mineração.

No mesmo período da instalação das estâncias, houve uma valorização da erva-mate porque o governo paraguaio suspendeu a exportação do produto. Ocorrendo, com isso, uma corrida aos ervais da região de “uma grande multidão de homens pobres, procedentes da fronteira sul e de outros pontos, atraídos pela abundância e superioridade da erva-mate”. (MARTINI, 1993, p. 248). Junto com esta população atraída pelos ervais também vieram comerciantes e proprietários de engenhos rudimentares formando uma pequena elite ervateira.

Nas áreas florestais houve uma frente extrativista constituída por “uma grande multidão de homens pobres” em busca de erva-mate. Esses contingentes de coletores de mato não tiveram os mesmos privilégios da elite pastoril, não se tornaram proprietários das terras e dos ervais que ocupavam. “Estes eram considerados públicos e assim administrativos e explorados ao longo do século XIX pela municipalidade”. (MARTINI, 1993, p. 39).

O erval público que deveria favorecer os trabalhadores pobres tinha o seu acesso dificultado porque as câmaras municipais exigiam uma quantia razoável em dinheiro para obtenção da licença para a colheita da erva-mate. Formou-se, desta forma, um grupo intermediário entre os trabalhadores e os donos de engenho: os requerentes portadores de licença, que contratavam trabalhadores em forma de pagamento em salário ou em regime de parceria. Os trabalhadores dos ervais ainda permaneciam alienados aos negociantes do mate, que geralmente também eram proprietários de engenhos, através do qual adquiriam instrumentos de trabalho e bens de consumo. “As compras, provavelmente, eram realizadas na casa comercial do próprio negociante do mate e, dessa forma os peões ficavam atrelados aos negociantes por um mecanismo de endividamento”. (MARTINI, 1993, p. 173).

Os coletores de erva-mate, além do extrativismo, praticavam uma agricultura de subsistência. Porque a extração do produto é sazonal e o período de recesso “coincide com as estações próprias para o cultivo de verão, quando a população dedicava-se à agri-

cultura de subsistência plantando milho e feijão – os principais produtos agrícolas consumidos na época”. (MARTINI, 1993, p. 118).

Nesta prática agrícola o caboclo ervateiro forma uma identidade camponesa caracterizada pelo nomadismo e pelas relações sociais coletivas e de ajuda mútua.

O período entre uma e outra poda do erval é de quatro anos, o que faz com que o ervateiro necessite migrar constantemente. A sua instalação é sempre provisória e vive em forma de acampamento. Cândido (2001, p. 47-48) ao estudar o caipira de São Paulo, entende que a sua característica de mobilidade e instalação provisória vem da herança do indígena e do bandeirante do século XVI ao XVIII. O trabalhador dos ervais também traz consigo a herança destas características culturais que ele aciona na prática do seu campesinato.

A exploração da erva-mate no planalto gaúcho ocorreu de forma rudimentar no decorrer de todo o século XIX, o baixo nível tecnológico era compensado pelo pouco capital investido, o que permitia a produção do mate a custos muito baixos. Em contrapartida, o trabalho era intenso, o processo da coleta, a construção do carijo, a secagem e o seu transporte até o engenho, todas essas etapas produtivas necessitavam de muita mão-de-obra, de um trabalho coletivo, de uma comitiva de ervateiros. Conforme Zarth (1998, p. 174-175) essas relações de coletividade permaneciam entre os lavradores no período da atividade agrícola que era executada sob a forma de mutirão ou “putchirão”, como é expresso por estes camponeses. Outra forma de ação coletiva era a utilização em comum de pastos públicos: “Os ervais existentes, ‘de domínio público e explorados em comum’, estavam encravados nas densas matas que cercavam o campestre. Ali invernavam os animais dos trabalhadores ou até, em maior escala, alguns rebanhos ovinos e cavalares”. (MARTINI, 1993, p. 253).

Conforme a pesquisa de Zarth (1998), em 1850 os campos nativos de toda a região já estavam apropriados. Neste mesmo período, a Lei de Terras de 1850 regulamentada em 1854, determina que a única forma de adquirir terra seja através da compra. Os estancieiros regu-

larizam as suas ocupações no campo e estendem as suas apropriações jurídicas sobre as áreas florestais. Estas terras antes ignoradas pela elite pastoril tornam-se mercadoria e suas apropriações já visavam a venda futura aos colonos. Os ervais públicos vão sendo paulatinamente usurpados por grandes proprietários de terra auxiliados por ações fraudulentas do poder político local e os que escaparam ao processo da privatização na era republicana passaram a ser arrendados pelo governo estadual a grandes industrialistas do mate. Para os caboclos, antes camponeses relativamente independentes nos ervais públicos, restavam poucas opções: tornar-se um trabalhador submisso na fazenda, um proletário nos ervais ou penetrar mata adentro em terras inóspitas ainda devolutas.

Numa região em que havia abundância de terras, formava-se uma legião de despossuídos às margens dos grandes latifúndios. Sobre esta população imperava o despotismo dos coronéis, a estratificação social era pacificada pela grande dependência do caboclo para com o estancieiro e pelas relações de compadrio que se estabeleciam entre as duas partes.

Também eram esses homens que formavam os exércitos dos estancieiros, até mesmo em conflitos entre os próprios coronéis locais ou conflitos de maior escala onde estava depositada a posição política e os interesses dos estancieiros, tais como: a guerra contra o Paraguai (1865 a 1870); a revolução de 1893-95; a revolução de 1923. Apesar de que nestas duas últimas revoluções muitos caboclos lutaram contra os republicanos porque se sentiam vitimados com os projetos de colonização em vigor e pela perda dos ervais públicos, mas também estavam aliados a caudilhos que participavam por seus interesses próprios.

Os caboclos que não se mostravam “voluntários” ao regimento dos coronéis e se refugiavam mata adentro, eram “caçados” e forçados ao recrutamento. Conforme a denúncia de um caboclo idoso oriundo da região noroeste gaúcha, a perseguição dos caboclos dentro da mata para o recrutamento forçado era ainda praticada na Revolução Constitucionalista de 1932.

Nas duas revoltas políticas do Rio Grande do Sul, a maioria dos fazendeiros do planalto gaúcho apoiava os republicanos, que defendiam o avanço dos projetos de colonização da frente agrícola que das “colônias velhas” se direcionava para o norte e noroeste do estado. Com a vinda dos colonos, os fazendeiros poderiam comercializar as suas terras de mato anteriormente apropriadas.

A colônia, com a agricultura familiar de subsistência, também passa a gerar alimentos para os proprietários fundiários, substituindo a mão-de-obra escrava e cabocla na autosuficiência da estância. A situação do caboclo se agrava ainda mais com a crise da erva-mate no início do século XX.

Os caboclos que são excedentes da mão-de-obra dos ervais e das estâncias adaptam a sua identidade camponesa aos serviços da colonização. Os principais trabalhos com a ajuda da mão-de-obra de caboclos são: a medição dos lotes; a abertura de estradas; a derrubada de mato; a extração de madeira. O trabalho dos caboclos está mais relacionado à infraestrutura da colônia, depois que os colonos estão estabelecidos e a mata transformada em roça, a mão-de-obra do caboclo torna-se novamente excedente.

Os caboclos participam da colonização com a sua mão-de-obra, mas não são incorporados por ela, no sentido de adquirir uma propriedade e se fixar nela. Vários fatores dificultam a fixação do caboclo à propriedade privada, a um lote colonial, fatores culturais relacionados à sua identidade camponesa e outros em relação à sua marginalização social.

A identidade camponesa cabocla anterior à colonização, vinculada à agricultura de subsistência e com inserção mínima no mercado econômico do extrativismo da erva-mate, se caracterizava pelo seminomadismo, pelo trabalho coletivo e sua alimentação vinha de uma prática agrícola rudimentar, complementada com a caça e a pesca. As atividades e a mobilidade dos caboclos representavam, no conjunto, uma síntese adaptativa da vida econômico-social num processo de utilização do meio imediato, no qual

cultura e natureza apareciam como uma totalidade.

A propriedade privada que se estabelece com a colonização e o aumento da densidade demográfica, formam desequilíbrios e crises porque as alterações do ambiente circundante não podem mais ser compensadas da mesma forma. Para superar este momento de crise, em que o seu meio socioambiental é desestruturado, os caboclos transformam as suas antigas relações camponesas para adaptar-se à nova situação.

Á medida que a propriedade vem se estabelecendo sobre o antigo território caboclo, esta população migra mata adentro, em terras ainda devolutas ou em lotes ainda não ocupados por colonos. Continuam com a mesma prática agrícola, complementam com caça e pesca e estão integrados ao mercado através da prestação de mão de obra e da comercialização de seus produtos com os primeiros colonos. A mobilidade dos caboclos para o interior das matas é proporcional ao avanço dos projetos de colonização.

No entanto, deve-se considerar que a mobilidade, ao contrário de antes, acontece quase sempre de forma involuntária. Os caboclos que ocupam a área já loteada e vendida pela colonizadora são denominados de intrusos e são expulsos através da “limpeza” das áreas, ação praticada por capangas pagos pela companhia e pelos próprios colonos. E além da propriedade privada do minifúndio obstaculizar a reprodução da sua identidade camponesa, a marginalização social em que se encontrava foi outro impedimento ao seu acesso à propriedade. Não tinham conhecimento dos termos legais e nem dinheiro para regularizar as suas posses; não possuíam a concepção capitalista do acúmulo; e o governo republicano não se interessou em adequar uma política agrária.

Em 1890 quando se inicia a colonização do planalto gaúcho, a população cabocla que está na vanguarda das frentes pioneiras, vai paulatinamente penetrando pela floresta em direção ao noroeste, onde foram feitos os últimos lotes coloniais do Rio Grande do Sul.

A presença do caboclo na construção do território de Porto Novo

A população cabocla, com o constante processo de desapropriação e mais a desvalorização da erva-mate, primeiramente é atraída à região da futura Porto Novo como mão-de-obra das madeireirasi, e, em seguida, com a fundação da colônia, pelos serviços oriundos do processo da colonização. Para alguns, Porto Novo também serviu como refúgio da Revolução Federalista (1893-95 e 1923), da Revolução de Palmeira (1899 e 1902) e de vinganças e/ou sentenças judiciaisii, isto devido a sua localização geográfica, pois, ao sul faz divisa com o Rio Grande do Sul, pelo rio Uruguai, e ao leste faz fronteira com a Argentina, pelo rio Peperi-Guaçu.



Porto Novo: ao sul divisa com o Rio Grande do Sul pelo rio Uruguai e ao oeste fronteira com a Argentina pelo rio Peperi-Guaçu.

Fonte: Patrício Reichert, 2006

Como já foi visto anteriormente, quando os primeiros colonos chegaram, encontraram famílias caboclas morando nas duas margens do rio Uruguai. Não se tem conhecimento de que naquele período tenha ocorrido o processo da “limpeza” da área ou de conflitos entre colonos e caboclos devido à disputa de terras. Se houve expropriação esta aconteceu de forma menos violenta.

Provavelmente os caboclos que moravam à margem catarinense do rio Uruguai, com a vinda dos colonos, migraram em sua maioria para o lado riograndense, onde se sentiam mais dentro da sociabilidade cabocla. É o caso do caboclo Fabiano, descrito por Rohde (1951, p. 168), que teve a posse legalizada do seu lote, mas, assim que conseguiu vendê-lo, mudou-se para a outra margem do rio. Ainda a mesma autora deixa subentender, no capítulo “Caboclos und Bugres”, que a vida social dos caboclos era no lado gaúcho e apareciam em Porto Novo quando eram oferecidos eventuais serviços, para compras e comercialização de alguns produtos.

Esta hipótese corresponde às afirmações dos antigos moradores, que confirmam a não existência de famílias caboclas morando em Porto Novo no decorrer da década de 1930. No lado riograndense, no entanto, já haviam caboclos mas que não eram uma população concentrada. A confirmação dos antigos moradores contraria Jungblut (2004, p. 40, grifo nosso), que no seu entender, quando os colonizadores chegaram “Havia centenas de famílias dessas que residiam nos dois lados do rio Uruguai”.

A pesquisa que foi feita no Fórum da Comarca Eleitoral de Itapiranga que mostra que a naturalidade da população cabocla do Rio Grande do Sul (em especial a do noroeste) é mais antiga que a de Porto Novo, explica que a maioria dos caboclos vem num período posterior ao início da colonização, confirmando a declaração feita por antigos moradores.

Na medida em que a colonização do noroeste gaúcho foi avançando, os caboclos desapropriados se aproximaram cada vez mais das margens do rio Uruguai. Suas relações com Porto Novo

foram se intensificando quando a colônia necessitou mais mão-de-obra, o que aconteceu com a entrada de colonos e quando a colonizadora (Volksverein) iniciou a extração da madeira nobre no período de 1940 a 1955. Com o aumento da necessidade de mão-de-obra (derrubada de mato, medição de lotes coloniais, abertura de estradas e principalmente a extração da madeira), que se intensificou a partir de 1940, famílias caboclas do lado riograndense vieram se estabelecer paulatinamente em Porto Novo, especialmente na Linha Glória. Esta área ainda não estava ocupada por colonos e se encontrava uma ou outra família cabocla e isto desde o período anterior à colonizaçãoii. Quase todos os caboclos idosos entrevistados participaram desta etapa migratória.



Um colono condutor de lancha junto com caboclos balseiros.

Fonte: Foto cedida pelo ex-balseiro Beno Eidt [1940-?]

A mesma colonização que a partir de 1960 atraiu os caboclos oferecendo-lhes serviços, também os expulsou. Isto ocorreu quando os colonos ocuparam os últimos lotes que estavam localizados em Linha Glória e que se encontravam habitados por mais de 90 famílias caboclas. Estas famílias expropriadas, em sua maioria, migraram para a Argentina ou para o sudoeste do Paraná, onde acompanharam o pioneirismo colonial com o intuito de conseguir um espaço para reproduzir a sua identidade camponesa por mais alguns anos.

Os caboclos que não emigraram de Porto Novo após a etapa final da colonização, se adaptaram à nova situação utilizando a herança camponesa do tropeirismo e dos ervais. Tornaram-se agregados dos colonos, fixando-se em pequenos ranchos ao fundo das propriedades, e continuaram seminômades, migrando à procura de quem lhes poderia oferecer serviços.

A constante modernização agrícola dificultou a reprodução do campesinato caboclo. Os camponeses que moravam nos fundos das propriedades dos colonos praticamente deixaram de existir há quase duas décadas. Os que continuaram na zona rural estão encurralados em áreas íngremes onde ocupam pequenos lotes adquiridos ou apossados, se oferecem como mão-de-obra, mas a agricultura modernizada os descartou quase completamente. Aqueles que “optaram” pelo espaço urbano e não se adaptaram a proletarização, incham a periferia e sobrevivem com o subemprego.

Ao estudar-se a identidade camponesa e a trajetória dos caboclos de Porto Novo, percebeu-se que a colonização a princípio lhes trouxe uma ruptura: a expropriação e a instituição da propriedade privada. Mas o caboclo, adaptando-se à nova situação, reproduz em parte, as antigas relações camponesas nas terras ainda não ocupadas pelos colonos, tornando-se dependentes do mercado oferecido pela colonização. É uma nova ruptura na sua identidade, pois a ocupação total dos lotes mais uma vez o expropria e o obriga a migrar para novas frentes coloniais ou então se adequar às circunstâncias do espaço transformado.

Desta forma, é possível entender que a colonização representa para os caboclos um constante processo de repulsão e atração, que só finda com a última repulsão que não lhe permite mais acompanhar novas frentes pioneiras. Situação esta acompanhada pela modernização agrícola e que dificulta a sua reprodução camponesa e que tende a marginalizar esta população que não se adapta à proletarização.

Notas

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, atualmente professor de geografia do ensino fundamental do município de Feliz/RS. Este artigo faz parte do resultado da minha pesquisa de mestrado. REICHERT, Patrício. Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo. 2008. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2008. p. 33 - 65. E-mail: patricioort@yahoo.com.br.

¹ Hoje, os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis e uma pequena parte de Mondai e Iporã do Oeste.

² A associação Volksverein Für die Deutschen Katholiken, ou Sociedade União Popular para Alemães Católicos, criou uma empresa colonizadora que recebeu o seu nome: Volksverein ou SUP (Sociedade União Popular).

³ O termo colono nesta pesquisa é compreendido como a expressão de uma identidade camponesa apropriada por parte dos imigrantes europeus e seus descendentes a partir da política de colonização desde o século XIX.

⁴ “Em 1872, o governo brasileiro tomou conhecimento de que Samuel Hugges obteve dos correntinos terras à margem esquerda do Peperi-Guaçu. Ele estaria exportando madeiras e vendendo lotes de terras na região para outros exportadores”. (WACHOVICZ apud HEINEN, 1997, p. 86).

⁵ A miscigenação espanhola esteve sempre presente desde o “descobrimento” até as primeiras décadas do século XX, devido às fronteiras em litígio com a Coroa espanhola (até o Tratado de Santo Idelfonso 1777), com a Argentina (até 1895) e com o contrabando e comércio da erva-mate, madeira e outros produtos.

⁶ Gado proveniente da destruição da primeira experiência das reduções jesuíticas.

⁷ As florestas passaram a ser ocupadas por diferentes segmentos sociais: o indígena deslocado das missões e expulso dos campos pelo estancieiro; ervateiros e lavradores; escravos refugiados em quilombos. Estes segmentos sociais sem delimitações rígidas e dependentes do mercado da erva, disputavam territórios e em outros momentos selavam alianças num espírito de classe social. A difusão biológica e cultural desta diversidade étnica da população das áreas florestais formou as características camponesas do caboclo ervateiro.

⁸ Sobre as táticas usadas na efetuação da “limpeza” das áreas ver Renk (1997, p. 109-110).

⁹ Não é possível confirmar se os primeiros caboclos que trabalharam nesta atividade tem as suas origens a partir do planalto gaúcho, porque, conforme Heinen (1997), a extração da madeira já teria iniciado na região nas últimas décadas do século XIX.

¹⁰ Fato muito comentado pelos antigos moradores da comunidade de Aparecida que se localiza na foz do rio Peperi-Guaçu.

¹¹ A margem riograndense do rio Uruguai oposta a de Porto Novo apenas iniciou o seu processo de colonização a partir da década de 40, possibilitando, até então, a ocupação desta área por posseiros.

¹²A margem riograndense do rio Uruguai oposta a de Porto Novo apenas iniciou o seu processo de colonização a partir da década de 40, possibilitando, até então, a ocupação desta área por posseiros.

Referências

BONETI, Lindomar Wessler. O Estado e a exclusão social hoje. In: ZARTH, Paulo Afonso et al.. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 31. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade Estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso et. al.. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

HEINEN, Pe. Luiz. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina**: aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste:Arco Íris, 2000.

_____. **Porto Novo**: um documentário histórico. 2. ed. Itapiranga: Edições SEI; FAI, 2004.

MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. **Sobre o caboclo-camponês, “um gaúcho a pé”**. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MIDDELDORF, Karl. **Porto Novo**: Brasilien Siedlung für deutschsprechende katholiken am Uruguayflub in Statte Santa Catarina in Brasilien. Porto Alegre: Tpoграфия do Centro, 1933.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

ROHDE, Maria. **Wie eine frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah**: beitrage zur 25-jährigen Geschichte der Volksvereinskolonie Porto Novo. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1951.

SCHÜLER, Octacílio. **Taipas**: origem do homem do Contestado: o caboclo. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

ZARTH, Paulo Afonso et al.. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

Abstract

The old Porto Novo colony located at the far west of Santa Catarina (Brazil), settled in 1926 under the leadership of German Jesuits from Sao Leopoldo – Rio Grande do Sul (Brazil), characterized as a project of ethnic colonization and religiously homogeneous: Catholics and Germans. When the settlers started the occupation of the territory, they found traces and the presence of some caboclos families (of mixed race from white, Indian and black). Soon, with the arrival of a great number of immigrants to the colony, formed a supremacy of the Teutonic-Brazilian culture. Even as an ethnic minority the caboclo population was always present in the occupation and upbringing of the territory of Porto Novo. However, in the course of the process they were socially segregated and neglected by the official history.. This article is the result of an investigation in which we tried to recover the origin and history of the caboclo in Porto Novo, and consequently, the characteristics that make their farmer identity. This rural work was formed in Rio Grande do Sul by the economic activity of cattle dealer and the culture of yerba mate since the eighteenth century. Later the caboclo adapted his identity to the colonization projects, and the ending of these was gradually excluded by agricultural modernization.

Keywords: Caboclo. Farmer identity. Colonization. Exclusion.